

## **Gersen José dos Santos Luciano**

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

Mesa: Lógica de administração ou lógicas étnicas? Princípios articuladores de uma nova forma de ação do Estado frente às populações indígenas. Bom dia a todos. Inicialmente quero agradecer e parabenizar a equipe que está coordenando este evento, que é um espaço importante de discussão, e esclarecer que estou representando a COIAB, embora não faça parte da diretoria executiva da entidade. Seus membros encontram-se numa importante reunião em Boa Vista, Roraima, e me delegaram a representação da instituição neste Seminário. Vou procurar ser breve e ater-me a alguns pontos que achei importantes nas exposições e que têm a ver com o tema de hoje. Em primeiro lugar, se olharmos um pouco a história mencionada pelo companheiro Aílton Krenak, vamos perceber que a lógica da relação entre o Estado e as sociedades indígenas, embora percorrendo vários estágios, sempre foi a lógica da dominação e da violência, com o claro propósito de negar estas culturas diversificadas. Eu digo “vários estágios” porque estas fases corresponderam a diferentes períodos. Sabemos que nos dois séculos após a conquista, a ação do Estado se pautou pela negação destas culturas e houveram guerras declaradas. Num segundo momento, conseguiu-se de certa forma reconhecer alguns direitos dos índios, mas iniciou-se toda uma política oficial que, embora não fosse uma sentença de morte, era uma declaração de que o Estado seria o dono dos índios, quer dizer, os índios seriam propriedade do Estado. Acho que até hoje ainda vivemos os últimos elementos desta relação. Precisamos superar a fase atual, de uma tutela mais camuflada, onde se tenta oferecer alguns direitos aos índios, mas sem garantir sua prática. Acho que esta lógica colonial, esta relação clientelista, têm conseqüências que nos impõem uma postura de rompimento com estas estruturas. Não podemos ficar esperando que o Estado ofereça as coisas. Eu quero colocar aqui uma provocação. Quando se fala de crise do Estado, eu não sei se isto tem muito a ver com a vida real que as populações indígenas vivem hoje. Tenho medo também de transferir uma responsabilidade já definida pelo próprio poder dominante. Acho até que é uma coisa planejada, não consigo ver de outro modo, quando a gente percebe, sobretudo nos últimos dois anos, que a tendência tem sido de haver retrocessos em vez de avanços. Na última semana, por exemplo, depois de todo um avanço que houve de fato  $\frac{3}{4}$  temos que reconhecer isto  $\frac{3}{4}$ , a situação de Raposa/Serra do Sol sofreu um retrocesso, quer dizer, depois de uma luta de mais de 30 anos conseguiu-se uma portaria, a perspectiva de demarcação e, de repente, tudo isto ficou ameaçado de revogação. O mesmo tem acontecido com as políticas setoriais de saúde e educação, quer dizer, se por um lado existem avanços escritos no papel, do ponto de vista estrutural mudou-se muito pouco da estrutura colonial. Se quanto à intencionalidade há avanços significativos, na relação prática do dia a dia da comunidade com a organização, acho que ainda precisamos romper vários elementos. Eu queria levantar um ponto com relação a esta lógica colonialista. Eu tenho dúvidas se o próprio Estado e a sociedade brasileira estão mais dispostos hoje a pelo menos discutir isto, porque discutir pressupõe uma possibilidade de mudança. Acho que a participação da sociedade neste ponto é fundamental. Os índios têm feito a sua parte, avançaram, chegaram a um ponto que me deixa feliz. Gostei muito de ouvir, por exemplo, as colocações do companheiro Aílton, e concordo que não devemos ficar discutindo o fim ou não da FUNAI, até porque os índios não estão discutindo isto, acho que eles estão encontrando alternativas para a relação que têm com a FUNAI. A relação das sociedades indígenas com o Estado já não passa apenas pela FUNAI. A FUNAI hoje é uma instituição

que perdeu sua importância em muitas regiões e eu sou uma pessoa muito esperançosa de ver em pouco tempo, e espero que na nossa região seja detonado um processo para encontrar uma relação alternativa na qual se coloquem de fato os direitos dos índios. Inventei uma expressão para explicar isto, a questão de que o nosso grande desafio é ultrapassar o tratamento que o Estado dá às sociedades indígenas. A gente toca, por exemplo, na cidadania. Será que os índios hoje, de fato, têm esta cidadania? Será que o governo, de fato, a reconhece? Eu diria que não, eu acho que ainda estamos na fase da meia cidadania, quer dizer, há uns escritos que foram muito citados aqui ontem, artigos e parágrafos da Constituição, mas no fundo no fundo, na prática, a cidadania não existe. Temos inúmeras experiências para contar. Eu sou professor e hoje enfrento um grande desafio na área de educação. Está colocado na Constituição, no artigo 210, a questão da educação diferenciada, mas se a gente for ver na prática, ela não existe, porque existe um muro tão forte que não é possível romper. As estruturas não estão nem um pouco preparadas e aptas para garantir e reconhecer estes direitos. Você caminha até certo ponto e sempre num caminho paralelo. É muito difícil conseguir as coisas dentro da linha oficial, das estruturas oficiais de governo e de poder do Estado. A minha percepção é de que esta situação de ser meio cidadão é um desafio que se coloca para nós e nossos parceiros, porque no momento em que conseguirmos superar e avançar nesta perspectiva de conquistar mesmo a cidadania, o próprio Estado terá que trabalhar numa outra perspectiva, de garantir de fato nossos direitos, e não apenas colocá-los no papel; teriam que mexer com toda uma máquina administrativa e burocrática que hoje não tem nem 1% preparado e nenhum mecanismo para garantir, para operacionalizar estas ações. Quem tem um pouco de experiência no campo burocrático, administrativo, executivo, sabe perfeitamente disto. Nossos tribunais de conta, todas as nossas fórmulas de fazer, de administrar, de executar, afetam diretamente as organizações indígenas. Se no primeiro estágio éramos sentenciados ao extermínio e no segundo éramos propriedade, acho que agora ainda estamos sendo uma ameaça ao Estado e, por isto, o diálogo é muito tímido. Com relação à questão da tutela, houve um lado positivo de proteção por parte do Estado em determinado momento. Depois houve a tutela de outros organismos, de missionários, e não estou falando aqui pelo lado negativo da tutela. Acho que a gente não escapa de outras tutelas de organismos, não só de ONGs mas de outras organizações, da sociedade civil, que trabalham com diferentes organizações, povos e comunidades indígenas. Acho que, nesta perspectiva, a gente ainda precisa quebrar esta timidez e o Estado precisa reconhecer-nos de fato como cidadãos e deixar de ver-nos como ameaça para alguns de seus interesses. E aí é que entra a participação da sociedade. A mídia sempre chega com a versão do governo, sobretudo em regiões de comunicação precária e isto se apresenta como uma barreira extremamente difícil. Como é que se poderia enfrentar isto? Uma maneira é buscar fortalecer, consolidar processos alternativos a partir da nossa capacidade de gerar novos mecanismos. Quer dizer, pode-se encontrar uma alternativa para a FUNAI. Desde o primeiro dia aqui a gente ouviu críticas pesadas à FUNAI e muito poucas opiniões favoráveis. Eu não sei até que ponto a gente se desgasta e perde tempo criticando e condenando uma coisa que não tem muito sentido. Sabemos que o organismo está esvaziado e sucateado. Você vai discutir o que dentro disto? Em muitas regiões já não tem sentido, e o próprio Márcio Santilli colocou isto muito bem. Eu sou do rio Negro e a gente sabe que é mínima a importância da FUNAI naquela região. Pode ser que seja totalmente diferente em outras regiões. Acho importante contarmos com a contribuição de outros setores e agentes sociais, como os centros acadêmicos. Aqui já se falou da importância da produção do saber, da produção acadêmica

e do quanto eles podem ser um aliado neste aspecto. Não se pode ter uma dimensão unilateral da ciência, coisa que muitos que defendem, achando que a única responsabilidade, o único objetivo do pesquisador é a ciência, como se ele não pudesse ser um agente político a contribuir no processo de luta dos povos indígenas. A segunda questão, também já colocada aqui, é a questão de ocupar os espaços que hoje são oferecidos aos povos indígenas, que é uma conquista de longo tempo e que teve preços altos, seja nos espaços da comunidade internacional e nacional, nas esferas de poder, nos espaços políticos, o que na verdade é um processo já iniciado, em curso, e que precisa cada vez mais ser levado adiante. Acho importante interferir na visão da classe política do país, o que tem a ver com as mudanças que eu mencionei aqui, mudanças estruturais, não só legais, porque acho que em termos de lei muita coisa é importante, mas do ponto de vista estrutural ainda está tudo muito tímido. A classe política ainda precisa ser muito trabalhada porque, repito, a experiência de muitos anos de luta nos ensinou que não podemos esperar que um dia chegue um presidente, um grupo de deputados, um governador do PT para resolver isto e aquilo. Não podemos esperar, temos que buscar, que perseguir, que romper as barreiras e com mais organicidade a gente pode ter isto. A própria pluralidade das nossas idéias é algo importante a ser considerado e respeitado. Sabemos que as organizações indígenas e que os índios do Brasil não têm um discurso unificado e isto tem que ser respeitado em vez de ser combatido. Com relação, por exemplo, à problemática da FUNAI, há divergências, há idéias diferentes. Nesta proposta do Márcio de planos e políticas regionais, é importante que isto seja considerado e levado a sério. Neste aspecto, devemos consolidar e fortalecer o movimento indígena, articulá-lo com outros segmentos e setores para diminuir aquilo que está vindo na contramão, seja nas próprias esferas de poder, seja nos partidos políticos, nas organizações das fundações, na Fundação Nacional de Saúde, na Fundação Nacional do Índio, etc., porque estes organismos foram criados, como já se colocou aqui, a partir de uma lógica e com um objetivo que hoje são ultrapassados, a lógica da ditadura. Muitas destas instituições interessam às vezes ao corporativismo. Você tem organismos que só pensam em si, no próprio grupo, na instituição e nunca pensam no objetivo da instituição, naquilo a que ela tem que responder. Percebemos então disputas internas, manipulações e aí é que entra a manipulação de grupos indígenas que acabam sendo atores importantes para não haver mudanças. Muitas vezes as pessoas que estão dentro da instituição só olham para a própria instituição, não olham para fora e aí tudo fica muito mais difícil. Acho que para romper isto é preciso oferecer perspectivas e alternativas e ao mesmo tempo para dar a entender aos próprios companheiros índios que eles podem estar caminhando na contramão e que, acima de tudo, estão os interesses coletivos das populações indígenas. Temos que ter esta força de aliança com todos os setores. É esta a nossa contribuição para a discussão. Muito obrigado.